

Parlamentares propõem emenda antipacote

BRASÍLIA — Uma emenda à Constituição proibindo a adoção, pelo Executivo, de *pacotes* econômicos que levem a confiscos, bloqueios de ativos financeiros ou quebras de contratos jurídicos entre os agentes econômicos começará a tramitar na Câmara dos Deputados na próxima semana. A proposta, dos deputados *economistas* do PPR Roberto Campos (RJ), Delfim Netto (SP) e Francisco Dornelles (RJ), foi enviada ao ministro da Fazenda, Eliseu Resende, e ao seu secretário-executivo, Wando Borges. O objetivo da medida, segundo os autores da emenda, é dar tranquilidade aos agentes econômicos com a certeza de que o governo federal não quebrará relações contratuais estáveis.

“Acredito que o governo dará apoio integral ao projeto, que, se aprovado, trará mais tranquilidade à sociedade”, explicou Dornelles.



Dornelles: garantir tranquilidade

Segundo ele, a proibição dos choques econômicos ainda não é uma posição do partido e deverá ser encampada por parlamentares de outras agremiações. Dornelles espera uma adesão do governo à proposta e diz que, com a emenda, será possível diminuir as especulações no mercado financeiro, uma das maiores ambições do presidente Itamar Franco.

Justificativa — Os autores da proposta argumentam, na justificativa ao projeto que, “depois de diversos planos fracassados, a inflação continua alta, agravada por brutal recessão das atividades econômicas. Além do mais, nos regimes democráticos não são aceitos meios violentos que atentam contra os direitos adquiridos”. Ao defender a proposta, os parlamentares lembram que até mesmo o poder Judiciário tem-se mostrado “reticente

ou impotente” para conter os pacotes econômicos. “Essa proposta há de impedir, se aprovada, a prática de atos imperiais, ao mesmo tempo em que protege os cidadãos dos governos, que buscam solução fácil mas cujos efeitos são opostos aos pretendidos”, justificam.

O projeto começou a ser discutido pelos três deputados há mais de uma semana, mas somente foi redigido na quarta-feira. Para Dornelles, a proposta não terá, porém, dificuldade em ganhar as 180 assinaturas de deputados necessárias para começar a tramitar. Na sua avaliação, esse número já poderá ser atingido em meados da próxima semana. Ainda segundo Dornelles, o maior ponto a favor do projeto é que “hoje basta a inflação subir para que a população ache que haverá confisco, corra aos bancos e compre dólar e ouro”.

6 Con. Brasil

16 ABR 1993

JORNAL DO BRASIL